

O planejamento territorial no Brasil a partir da década de 1990 e o aval da consultoria Deloitte sobre o país¹

Sueli Almeida dos Santos
sueli.santos@ige.unicamp.br
Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: planejamento territorial, Brasil, consultoria Deloitte.

O presente trabalho busca uma reflexão sobre o planejamento territorial no Brasil a partir da década de noventa através das ações das grandes empresas de consultorias. Para tanto, analisamos um estudo realizado pela consultoria Deloitte, o qual apresenta diversos “cenários” para o Brasil.

A década de 1990 pode ser vista como um momento de interrupção do processo de integração econômica e regional no Brasil que vinha se consolidando nas décadas anteriores (FURTADO, 1987; 1992). A partir desse período, com o processo de inserção competitiva da economia nacional no mercado global, priorizam-se as áreas econômicas mais dinâmicas do país em detrimento das regiões menos competitivas (BACELAR, 2000).

Nesse contexto, o Estado reduziu as suas ações nas políticas regionais e também diminui o papel ativo que se estabelecia nas ações das suas estatais (BACELAR, 2000). Há um deslocamento paulatinamente “das ‘estratégias territoriais’ do âmbito público (do planejamento regional) para o privado (das estratégias empresariais), com a transformação das instituições responsáveis pelo planejamento regional em meras agências de repasse de fundos”, (BRANDÃO, 2007, p. 198).

Podemos destacar como marcas da década de noventa: a abertura e a crescente internacionalização da economia nacional; conseqüentemente, há uma competição maior com os agentes externos, o que força muitas empresas a se

¹ Este texto é resultado de um capítulo do relatório de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada com o auxílio da FAPESP.

reestruturarem e/ou as que não conseguem são adquiridas pelos grupos mais poderosos; há também uma preocupação em valorizar as áreas que apresentam segmentos mais competitivos no mercado global para assim agilizar a internacionalização da economia; o Estado brasileiro retrai o seu papel enquanto grande planejador, interventor e regulador das forças produtivas e abre espaço para o setor privado, sobretudo com o Programa Nacional de Desestatização (PND). É nesse contexto, com o aval do Estado através do BNDES², que empresas globais e nacionais de consultoria intensificam as ações na gestão e regulação territorial (TEIXEIRA & SILVA, 2011, p. 80).

O processo de privatização no Brasil teve como respaldo a “crença de que não havia outra solução para resolver o problema da falta de investimentos produtivos e do atraso tecnológico de setores estratégicos”, (FARIAS, 2008, p. 51). Como resultado desse processo, o Estado brasileiro passa por uma reforma que se configura numa descentralização administrativa pautado pela lógica das políticas neoliberais que ganham força nesse momento. Com isso,

As empresas transnacionais de consultoria tornaram-se atores centrais na “adaptação” dos sistemas de ações de vários países do mundo aos desígnios do “pensamento único”, expresso pelas políticas neoliberais. Sendo assim, tais empresas adquirem uma posição central na criação e controle de informações estratégicas sobre diferentes territórios nacionais (FARIAS, 2008, p. 61).

A partir dos anos 1990, portanto, parece haver uma opção pela gestão em detrimento do planejamento ao médio e longo prazo. O discurso do imediatismo ganha força e, logo, é preciso modernizar para competir num mercado cada vez mais global. No entanto, não há um projeto de modernização para a nação brasileira, isto é, que atendam as necessidades e os interesses internos, e sim para as áreas econômicas mais dinâmicas do país, ou seja, as de interesses dos grupos detentores de grande poder. Esse planejamento territorial voltado aos interesses hegemônicos é possível verificar nos discursos e orientações das grandes consultorias. Nesse contexto, é preciso problematizar o peso que tais empresas assumiram na orientação das ações empresariais e governamentais nas últimas décadas.

2 Ficou a cargo do BNDES a contratação das empresas de consultoria para conferir credibilidade as empresas

Nesse sentido, analisamos a seguir um estudo da empresa Deloitte³ sobre o Brasil, intitulado “Brasil 2015, as descobertas do crescimento: nosso olhar sobre um futuro de oportunidades”. Segundo a Deloitte o objetivo deste projeto de estudo sobre o Brasil foi identificar e analisar as demandas e os determinantes que incidirão sobre a dinâmica do ambiente de negócios do país nos próximos anos.

O estudo teve como fontes e referências: a Pesquisa Deloitte 2015, realizada entre janeiro e novembro de 2010; Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (ABIP), Agência Nacional de Saúde (ANS), Catho, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Embrapa, Embratur, Folha de São Paulo, IBGE, Instituto Akatu, Instituto Insper, ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; das Cidades; de Educação e Cultura; de Minas e Energia; do Turismo; O Estado de São Paulo, UFRJ, Unicamp e UNICA. Destacamos aqui que várias fontes utilizadas nesse estudo são instituições públicas. São essas informações públicas que, muitas vezes, alimentam os grandes bancos de dados das empresas que são detentoras de informações estratégicas ligadas aos grandes negócios. Para esse trabalho, elegemos para análise apenas seis dos 11 capítulos desse estudo⁴.

257

O capítulo denominado “novo cenário social” aponta que o crescimento econômico, aliado aos programas sociais do governo e a ações de responsabilidade social da iniciativa privada possibilitou o ingresso de novos consumidores nas classes C e D. Esse discurso sobre o aumento do consumo dos pobres parece apontar para uma pobreza planejada, já descrita Santos (1979) no final da década de setenta. O capítulo “os desafios do celeiro do mundo” defende o agronegócio como o responsável pelo o superávit na balança comercial do país e aponta como entrave a falta de modernização e racionalidade

privatizadas no âmbito do mercado mundial (TEIXEIRA & SILVA, 2011, p. 80).

³ A Deloitte é uma sociedade privada limitada estabelecida no Reino Unido e atua como coordenadora da rede de firmas-membro independentes entre si que operam sob o nome Deloitte. Essa empresa que tem a sua gênese no final do século XIX, sofreu a última fusão no ano de 1989 que veio a formar a atual Deloitte Touche Tohmatsu Limited (DTTL). As firmas-membro da DTTL estão presentes em 150 países e prestam serviços profissionais nas áreas de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária. Em 1911, a Deloitte se instalou no Rio de Janeiro para auditar as companhias ferroviárias britânicas que se estabeleceram no país. Depois do Rio de Janeiro, a empresa Deloitte foi estabelecendo seus escritórios em importantes centros econômicos brasileiros. Hoje, a empresa possui 11 escritórios no Brasil e obteve um faturamento de 930 milhões de reais, em 2012 (www.deloitte.com.br).

no setor. Segundo Castillo (2004), essa busca por uma agricultura competitiva exige uma sofisticação do setor, muitas vezes, às custas de grandes investimentos do Estado.

O capítulo “grandes eventos, grandes oportunidades” considera-se eventos como a Copa do Mundo e a Olimpíada como “uma grande oportunidade para acelerar os desenvolvimentos econômico e social das cidades e dos países que os sediam”. No entanto, de acordo com Moura (2011), esse modelo de desenvolvimento dos megaeventos privilegia apenas grandes empresas, pois os investimentos são públicos e os lucros são privados.

O capítulo “educação por um Brasil mais competitivo”, defende que o financiamento de cursos de graduação e pós-graduação seguindo o modelo americano pode tornar o acesso possível para as classes menos favorecidas e também que o ensino à distância permitirá acelerar a democratização da educação. No capítulo seguinte denominado “a saúde sob pressão”, considera o Brasil como o segundo maior mercado de saúde privada do mundo e aponta como um dos seus principais problemas, à crescente elevação de custos, causada principalmente pelo envelhecimento da população. O estudo ainda aponta como saída o investimento em gestão e em eficiência, pois se estima que, atualmente, mais de 30% das internações são desnecessárias, o que causa desperdício de R\$ 10 bilhões por ano. Observa-se a defesa de uma forte racionalidade privatista em dois setores – educação e saúde - que são pilares para a população.

O uso corporativo do território por grandes empresas é uma defesa que permeia esse estudo da consultoria Deloitte, especialmente no capítulo “modernização do setor público” que considera que o “Brasil está no caminho certo”, mas para continuar crescendo economicamente é necessário resolver dois dos principais problemas nacionais que são a carência de gestão e de infraestrutura. Para consolidar esse modelo inovador, o estudo aponta a importância de uma participação maior das empresas “no financiamento, concepção, construção e operação de projetos de infraestrutura, por meio de mecanismos como as Parcerias Público-Privadas (PPPs)”.

40 estudo ainda apresenta os capítulos denominados: a todo vapor; energia para mover o país; mais ondas de fusões e aquisições; mais que virtudes, necessidades empresariais e normas para o novo Brasil.

Portanto, é necessário refletir sobre a ação corporativa dessas empresas no país e repensar o planejamento territorial voltado aos interesses nacionais.

Referências bibliográficas

- BACELAR, T. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva: In: CASTRO, I. E. *et al.* (org.), **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Editora da Unicamp, Campinas-SP, 2007.
- Brasil 2015, as descobertas do crescimento**: nosso olhar sobre um futuro de oportunidades. Disponível em: <http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2007/Brasil_2015.pdf>.2013.
- CASTILLO, R. **Transporte e Logística de Granéis Sólidos Agrícolas**: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro. Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, nº 55, Distrito Federal, México, 2004.
- FARIAS, H. C. **O BNDES e as Privatizações no Uso do Território Brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas. 2008
- FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- FURTADO, C. **Brasil**: a construção interrompida. 3º ed., São Paulo, Paz e Terra, 1992
- MOURA, R. Grandes projetos urbanos e planejamento territorial. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 1, n. 1, Campinas-SP, 2011.
- SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányu. Ed. Hucitec, São Paulo, 1979.
- TEIXEIRA, S. H. O; SILVA, B. A. M. Os usos da informação estratégica sobre o território: A empresa de consultoria PriceWaterHouseCooperse e o Planejamento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), Rio de Janeiro, v. 13, p. 71-86, 2011.